

LABORATÓRIOS DO COMUM: EXPERIMENTAÇÕES POLÍTICAS DE UMA CIÊNCIA IMPLICADA¹

Alana Moraes; Henrique Z. M. Parra²

RESUMO

Apresentamos uma sistematização provisória e em movimento sobre a experiência do Laboratório do Comum, entendido enquanto prática de uma dupla experimentação, simultaneamente ontoepistêmica e política, dispositivo de pesquisa e intervenção. Apontamos algumas definições que o caracterizam como uma prática de investigação coletiva de produção de conhecimento que se pretende, ao mesmo tempo que situada, produtora de outras possibilidades de modos de existências. Em seguida apresentamos algumas delimitações sobre o Comum, fundamento ontológico e princípio político que orienta as práticas do Laboratório. A partir da experiência de criação do Laboratório do Comum Campos Elíseos (bairro da região central de São Paulo), desenvolvemos reflexões sobre uma ciência aberta e implicada, sobre a passagem de uma política da reivindicação para outra da experimentação, sobre a fabricação de uma comunidade provisória ontoepistêmica habitada por saberes minoritários em relação a um território, sobre a criação de arranjos sociotécnicos e infraestruturas que permitem experimentar um conjunto de práticas e saberes orientados para a criação e sustentação dos Comuns urbanos. O Laboratório do Comum é um espaço de experimentação democrática fundado na cumplicidade entre diferenças, atuando para conferir a devida centralidade ao trabalho de visibilização do terreno sempre pressuposto, e ainda assim oculto, que sustenta toda prática política e também científica: corpos e suas marcas, uma ética do cuidado que cria e sustenta relações.

Palavras-chave: Laboratório do Comum. Ontoepistemologia. Ciência implicada. Experiência; Arranjos sociotécnicos.

ABSTRACT

We present a provisional and moving systematization about the experience of the Laboratory of the Commons, understood as practice of a double

1 Esta pesquisa integra o projeto “Asymmetries and (In)visibilities of Surveillance: situated knowledge, research and social action in Latin America”, desenvolvido no âmbito da Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), com apoio da Fundação Ford.

2 Alana Moraes é antropóloga, doutoranda pela UFRJ. E-mail: alana.ufrj@gmail.com. Henrique Z. M. Parra é sociólogo, professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp. E-mail: henrique@pimentatalab.net. Ambos são pesquisadores do Pimentalab, Lavits e do coletivo Tramadora.

experimentation, simultaneously ontoepistemic and political, a research and intervention apparatus. We point out some definitions that characterize it as a situated practice of a collective knowledge production investigation that aims to produce other possibilities of modes of existence. Then we present some delimitations on the Commons, the ontological foundation and political principle that guides the Laboratory's practices. Based on the experience of creating the Laboratory of the Commons Campos Elíseos (a neighborhood in the central region of São Paulo), we developed reflections on an open and implicated science, on the transition from a politics of protest and claim to a politics of experimentation, on the fabrication of a provisional ontoepistemic community inhabited by minority knowledge in relation to a territory, on the creation of sociotechnical arrangements and infrastructures that allow to experience a set of practices and knowledge oriented to the creation and support of urban Commons. The Laboratory of the Commons is a place for democratic experimentation founded on the complicity between differences, acting to give due importance to the work always presupposed and yet hidden which sustains all political and also scientific practice: bodies and their marks, an ethics of care that creates and sustains relations.

Keywords: Laboratory of the Commons. Ontoepistemic. Implicated Science. Experience. Sociotechnical Systems.

1. PARA QUE PRECISAMOS INVENTAR LABORATÓRIOS?

O Laboratório do Comum³ emerge de uma tessitura de impasses. Se hoje não existem muitas dúvidas sobre o atual estado de corrosão progressiva do que era possível reconhecer, com muitas ressalvas, como democracia – ao menos nos marcos do que se convencionou chamar de “forças progressistas” – muitas coisas ainda estão por ser compreendidas no que diz respeito às formas de exercício e atuação dos poderes.

A natureza do poder se modificou de tal forma que hoje se confunde com a própria vida: a paisagem da cidade e suas infraestruturas, as centenas de dispositivos que conduzem nossa atenção, localização, desejos, frustrações, e que também produzem novas formas de desempenho ao mesmo tempo em que vigiam e controlam toda possibilidade de fuga com inúmeros dispositivos de neutralização preventiva. O poder se organiza de forma imanente à vida e sua expressão de exterioridade é apenas uma expressão

3 O projeto “Laboratório do Comum Campos Elíseos: corpos, território e tecnopolíticas do fazer-bairro” contou com a preciosa colaboração das pesquisadoras Jéssica Paifer e Luanda Vanuchi. Agradecemos também a participação, dedicação e confiança do grupo de praticantes que acompanhou e se implicou com a experimentação dessa edição do laboratório.

performativa e mais visível dele. Na metrópole, assinala o Conselho Noturno, o que encaramos não é mais o velho poder que dá ordens, o poder que se localiza a partir de uma exterioridade, mas uma forma de poder que logrou constituir-se como a ordem mesma desse mundo. “A metrópole é o simulacro territorial efetivo de um mapa sem relação com nenhum território” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 37).

Diante das formas renovadas de produção de desigualdades e sua economia de fronteiras, do consórcio explícito entre forças autoritárias, policiais e as dinâmicas de expropriação da vida e do território, da crescente militarização, formas de despossessão e, por outro lado, de crise generalizada da presença⁴, o Laboratório do Comum instaura-se como um dispositivo de pesquisa e intervenção, na medida em que a produção coletiva de conhecimento sobre as atuais possibilidades de fabricação de uma vida não fascista torna-se urgente.

Copesquisar, cartografar, inventar alianças, fabricar arranjos socio-técnicos, experimentar um conjunto de práticas e saberes orientados para a criação e sustentação dos Comuns urbanos nos parecem pistas importantes para um novo terreno de experimentações democráticas. Da perspectiva dos Comuns urbanos, é possível compreender que “uma cidade é antes de tudo uma configuração de relacionalidade e densidade em que aquilo que é compartilhado, ou seja, o Comum, não é algo que diminui com seu uso; ao contrário, o uso ou consumo de uma cidade se soma ao Comum”. (BORCH; KORNBERGER, 2015, p. 1), ou seja, “consumir a cidade não é se não a forma mais sutil de sua produção” (ibidem, p. 8).

O Laboratório do Comum se constitui assim como uma zona de transição da reivindicação pelo direito à cidade para práticas e reflexões sobre o próprio fazer-cidade, levando em conta a produção de corpos, subjetividades, cuidados e interdependências que conformam o tecido de confianças, muitas vezes invisível, mas absolutamente necessário para todo processo de cooperação e criação de formas de vida. O Laboratório do Comum se realiza a partir da produção de uma comunidade ontoepistêmica e provisória, como um esforço de recuperar nossa inteligência estratégica da situação, convocando aqueles e aquelas que são afetados pelas transformações em curso, desfazendo assim a fronteira que separa especialistas e amadores. É também uma aposta na política que *poderia ser*, uma aposta na abertura de possíveis. O Comum parte, então, do reconhecimento de que “existimos pelas coisas que nos sustentam, assim como sustentamos as coisas que existem através de nós, numa edificação ou numa instauração mútua” (LAPOUJADE, 2017).

4 Fernández-Savater (2018) define de forma sintética um dos aspectos dessa crise de presença: “la incapacidad generalizada para estar aquí y ahora, la erosión de la atención. No vivimos encerrados en ningún presente perpetuo, sino en un tiempo contraído entre los pendientes y los posibles”.

No plano epistemológico-ético-político, este modo de conhecer e agir se realiza através de um saber-fazer habitar, expressão de uma ciência cidadã, minoritária e situada, em oposição aos modos assimétricos da relação saber-poder governar. O filósofo e ativista espanhol Amador Fernández-Savater (2017) sintetiza o que seriam esses dois modos. Em cada um deles (é evidente que ele opera uma simplificação e que, na prática, as dimensões podem se misturar a todo tempo), Fernández-Savater aponta como exercitamos um certo regime de sensibilidades (modos de sensação e percepção); um certo regime de conhecimento (relações entre o pensamento e o mundo); e modos de fazer (como agimos com ou sobre a realidade).

No paradigma do governar, a realidade deve ser moldada à forma construída pela razão. Projeta-se o que “deve ser”, e a ação deve adequar a realidade à forma projetada. Esse pensamento estratégico apoia-se numa dissociação entre meios e fins, mas também na dissociação e assimetria entre quem concebe e quem executa: experts x amadores; militantes x trabalhadores, e assim por diante. Governar é fazer dobrar a realidade àquilo que foi projetado pela razão.

O paradigma do habitar é todo o contrário. Não se parte de uma realidade que precisa ser moldada ou preenchida porque algo que lhe falta. Ao contrário, a realidade é cheia de possibilidades, potências. Por isso é necessário detectar, ativar e associar-nos aos pontos de potência ao invés de projetar. Isso implica certa política da atenção, uma consideração estética da realidade que nos atravessa: o que e como se percebe ou sentimos; e como este sentir-perceber participa do conhecer e do agir no mundo. O problema é desenvolver uma capacidade de habitar o problema, um saber-fazer com o que nos faz.

Falar em “laboratório” significa adentrar nas disputas sobre os modos, locais e formas de produção de conhecimento. Há sempre uma política dos modos de conhecer. Falar em “Comum”, substantivo, significa assumi-lo enquanto fundamento político e ontológico. Interessa-nos tanto investigar o Comum, como produzir e organizar esse modo de conhecer (laboratório) sob a lógica do Comum. Portanto, chamamos “Laboratório do Comum” a prática dessa dupla experimentação: simultaneamente ontoepistêmica e política. Karen Barad (2017), dentro de uma renovada teoria feminista, vem apontando para o fato de que as formas da produção de conhecimento precisam estar no centro das nossas preocupações políticas – a virada ontoepistemológica nos obriga a assumir que:

Práticas de conhecer e ser não são isoláveis, são mutuamente implicadas. Nós não obtemos conhecimento permanecendo fora do mundo; conhecemos porque “nós” somos do mundo. Somos parte do mundo em seu devir diferencial. A separação entre epistemologia e ontologia é a

reverberação de uma metafísica que supõe uma diferença inerente entre humano e não humano, sujeito e objeto, mente e corpo, matéria e discurso. Onto-epistem-ologia – o estudo de práticas de conhecer no ser – é provavelmente um caminho mais profícuo para pensar sobre os entendimentos que são necessários para admitirmos como intra-ações específicas chegam à importar (BARAD, 2017, p. 32)

Um laboratório do Comum, como descreve Antonio Lafuente, é uma prática onde o saber da experiência adquire maior dignidade e centralidade. Ao dizer que “todos somos experts em experiência”, Lafuente opera uma simetria que modifica radicalmente a relação e as hierarquias entre os participantes do laboratório. Por isso, um Laboratório do Comum não é um curso, tampouco se organiza segundo a lógica pedagógica-formativa, e muito menos deseja criar algo que vai ser aplicado ou transmitido a outras pessoas ou lugares⁵. Ainda assim, não se trata de retomar o velho paradigma empiricista no qual a afirmação de uma experiência subjugada basta como prática de produção de conhecimento. Como nos ensinou Donna Haraway, o Laboratório do Comum não nos garante uma perspectiva privilegiada que assuma a posição dos que habitam as “margens” – as perspectivas dos “de baixo” não estão isentas de uma elaboração crítica, não são “posições inocentes”, assim como nenhuma outra. Mas ela nos interessa como localização ontoepistêmica, muito porque elas têm

ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. Os subjugados têm uma possibilidade decente de reconhecer o truque de deus e toda a sua brilhante – e, portanto, engeuecedora – iluminação (HARAWAY, 1995, p. 23).

A autora, refletindo sobre nossos tempos de urgências, lembra que muitos de nós somos tentados a resolver problemas nos endereçando discursivamente a um futuro imaginado que seja um lugar seguro: as promessas de um futuro que vem, muito comuns em certa tradição intelectual progressista, nos fazem escapar de estarmos realmente presentes diante do fato de que somos “criaturas mortais entrelaçadas em inúmeras configurações inacabadas de lugares, tempos, assuntos, significados” (idem, 2016, p. 1).

A prática dos laboratórios assume o pressuposto ontológico de nossas precariedades como criaturas mortais – todo laboratório deve emergir como *Mixotricha*. *Mixotricha paradoxa* é um organismo unicelular microscópico que vive no intestino posterior do cupim da Austrália setentrional.

5 Ver LAFUENTE, 2017.

“Aquilo que conta como ‘ele’ é complicado, pois ele vive em simbiose obrigatória com outros cinco tipos de entidades” (HARAWAY, 2015, p. 52). Miotricha quer dizer “fios misturados”, é uma simbiose obrigatória que nos obriga a perseguir os meios pelos quais a vida torna-se possível a partir de alianças entre criaturas, composições inusitadas, arranjos sociotécnicos e confusão de fronteiras (idem). Por isso, o espaço que chamamos de laboratório não é um lugar asséptico onde o que se investiga pode ser separado do mundo “lá fora”, ele é parte do mundo e é atravessado por ele. É um laboratório contaminado, simbiótico e com muitos fios emaranhados.

2. COMUM INSURGENTE CONTRA AS FORMAS ESTADO-CÊNTRICAS

Ao dizermos que o laboratório é da ordem do “Comum” significa que ele não separa o mundo entre nós (os que investigam) e os outros (objetos da investigação). O Comum funda, portanto, uma relação de copertencimento e interdependência. Investiga-se e trabalha-se sobre o Comum que nos afeta e que nos constitui enquanto uma comunidade de afetados. Nada mais distante de um Laboratório do Comum do que o chamado “trabalho de base”. Quem diz “base” funda uma geografia onde “nós” e “eles” estão separados por diversas assimetrias (conhecimento, pertencimento, consciência...) que supõem práticas de esclarecimento, ordenamento, transmissão.

Um exemplo interessante narrado por Lafuente é o problema da eletrossensibilidade. Muitas pessoas eram portadoras de um mal-estar inominável, desconhecido e viviam sem diagnóstico. Passaram a se encontrar, a trocar experiências, a se escutar, e deram início a um rico processo de produção de conhecimento; uma espécie de contra-expertise baseada naquilo que em que elas eram experts (a experiência de sua doença). Criaram uma linguagem em que são capazes de dar existência ao seu problema e assim tornam a questão da poluição eletromagnética um problema da ordem do Comum. Este processo só ocorreu porque fundaram uma comunidade de “afetados” que também mostra, mobilizando muitos atores (humanos e não humanos), como esse Comum (o espectro eletromagnético) é produzido, utilizado, explorado. A luta contra a poluição eletromagnética produz o Comum (tanto a saúde como o espectro eletromagnético) ao revelar os modos de uso e apropriação da radiofrequência e quais são as infraestruturas, códigos, leis, artefatos, economia que se aplicam sobre ele.

Logo, o Comum não é um objeto, uma essência, uma coisa. Ele é de ordem relacional, da coprodução e do inapropriável: precisa deixar de ser Comum para ser passível de apropriação exclusiva. Resulta de uma produção entre todos e ao mesmo tempo não é propriedade de ninguém. É um domínio relacional de *entres*, mais do que de *entes*. O que também significa dizer que ele depende de uma comunidade que o sustente e o atualize

permanentemente. Mesmo o ar que respiramos ou a linguagem, para que seja um Comum, deve estar submetido a relações que o produzem enquanto um Comum: práticas, comunidades, conhecimentos, infraestruturas, tecnologias, instituições, cuidados e recursos são necessários para dar existência ao Comum. Investigar o Comum, nessa perspectiva, nos desafia a constituir uma comunidade de corpos-como-sensores.

A história do capitalismo pode ser contada como uma história da crescente colonização, codificação, cercamento, expropriação e privatização do Comum, em suas diferentes expressões (saberes experimentais, terras comuns, práticas de cooperação e vizinhança, economias não mercantis, formas de compartilhamento de cuidados, comunicação). E nessa história, como nos relata Silvia Federici, as mulheres sempre estiveram em posição de combate à expropriação do Comum. Federici (2011) indica quatro fatores que contribuem para o que podemos chamar de “reemergência” do Comum:

- a) a experiência da expansão da economia capitalista sobre o que resta de bens comunais, promovendo novas expropriações e cercamentos de diversas comunidades indígenas e/ou tradicionais;
- b) a invasão da lógica privatista e monetarista sobre diversos domínios de nossa vida social, levando à corrosão do comum que dá suporte à manutenção da vida em sociedade (basta pensar nas diversas formas de erosão das relações de solidariedade, da crescente solidão de parcelas da população, dos problemas de saúde mental etc.), dinâmica que se aprofunda com o neoliberalismo e o capitalismo cognitivo, apropriando-se de processos antes inimagináveis;
- c) a crescente percepção dos efeitos de nossa existência destrutiva no planeta Terra, fortalecendo a percepção de nossa interdependência com outros entes; não é casual que os conceitos de *Antropoceno*, *Capitaloceno* ou as diversas expressões que falam sobre o “fim do mundo” estejam agora presentes em nosso vocabulário;
- d) por fim, há também uma crescente percepção por diversos segmentos das esquerdas mundiais de que os projetos institucionais de poder na condução de políticas estadocêntricas têm se revelado insuficientes para dar conta da complexidade dos problemas atuais.

Essa (re)emergência do Comum não significa o retorno de algo arcaico, anterior às configurações sociais, econômicas e políticas do capitalismo atual. O Comum sempre esteve aqui. Numa perspectiva ontológica e enquanto princípio político, o Comum é inseparável da ação de comunizar, é o trabalho contínuo de (re)colocar, (co)produzir, (re)tomar em/o Comum. O Comum existe através do mercado e do Estado, do privado e do público-estatal, sem nunca se confundir com eles. Seja na perspectiva

econômica ou jurídica, o Comum não se reduz a nenhum dos polos. Todavia, num cenário de pobreza da imaginação política, é preciso atenção para não se deixar capturar por uma proposta “maior” de Comum: projeto concebido por “experts” (os especialistas ou representantes eleitos), a ser implantado/executado sobre a vida (dos outros); nas disputas de hegemonia; formação de maiorias; ações de governo; solucionismo político ou tecnológico. O Comum é transversal à micro e à macropolítica, é outra geometria, pertence à dimensão imanente da vida e da diferença, não tendo nada a ver com identidades, unidades. Diante da crise atual de nossas instituições democráticas e da percepção do esgotamento das formas habituais de agir político, o Comum inspira caminhos de experimentações políticas que nos obrigam a permanecer por mais tempo com nossos problemas e a partir daí ir tecendo um meio, reticulando em novas individuações coletivas (PARRA, 2019).

3. LABORATÓRIO DO COMUM CAMPOS ELÍSEOS

O “Laboratório do Comum Campos Elíseos: corpos, território e tecnológicas do fazer-bairro” inicia-se como um projeto de extensão e pesquisa do Pimentalab (Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento⁶) da Unifesp e de uma cooperação com a Lavits (Rede Latino-americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade⁷). Ele surge em 2019 como uma plataforma de ações colaborativas, experimentações de uma ciência aberta e situada. Por meio de uma convocatória aberta, convidamos pessoas que estariam interessadas em investigar e criar, conjuntamente aos diversos atores que compõem esse território, saberes e práticas coletivas que contribuam para um melhor entendimento das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas que atravessam essa região central da cidade e seus conflitos.

Atuamos num contexto de crescente mediação das tecnologias digitais de comunicação, em novas composições entre o mundo físico e informacional. Este território e suas populações situam-se na encruzilhada da intensificação de práticas securitárias e de militarização do espaço urbano; de forças de especulação imobiliária e remoção de moradores⁸; de novos arranjos corporativos e estatais que disputam os sentidos da vida e da “experiência urbana” no centro de São Paulo. Todos esses atores vêm investindo em arranjos sociotécnicos de organização do urbano: por um lado, novas tecnologias de vigilância e militarização, por outro, plataformas

6 <https://pimentalab.milharal.org>.

7 <https://www.lavits.org>.

8 <http://www.labcidade.fau.usp.br/violacoes-violencias-e-remocoes-nos-campos-eliseos/>.

participativas de consultas sobre o território criadas por corporações, novas *startups* que pretendem atuar na regulação do mercado imobiliário, assim como as renovadas composições entre gestão pública e interesses privados interessadas em produzir valor no território a partir de uma proposta moderna e inteligente de cidade.

Nesse processo, trata-se de converter formas de habitar e de fazer vizinhança, de capturar e transformar a produção de confiança e cultura, dos afetos e códigos, em atrações e valores imobiliários: “uma vida multicultural”, “uma cidade que não para”, “descubra o prazer de morar no centro de São Paulo”, como dizem as propagandas de empreendimentos habitacionais do Campos Elíseos. Com os poderes disseminados nas tramas biopolíticas da vida, as tecnologias securitárias precisam produzir territórios como zonas livres de apropriações, mas para isso é necessário convocar sua população num engajamento permanente nos dispositivos de vigilância e controle. Para tal empreendimento, não basta instalar um extenso e complexo sistema integrado de câmeras de vigilância a cada esquina, é preciso também que as pessoas desejem instalar câmeras em suas portas, se engajem em redes de segurança feitas pelo WhatsApp que denunciem “pessoas suspeitas” em suas ruas ou lugares de circulação. Em suma, a produção desse complexo dispositivo sociotécnico de agenciamento capitalístico e securitário, uma cidadania-policial, é indissociável da produção dos modos de vida e dos regimes de subjetivação que o sustentam.

O circuito de valor proveniente da extração da renda pressupõe todo um aparato sociotécnico que seja capaz de converter confiança em ameaça, de dividir entre corpos que merecem fazer parte de uma comunidade de iguais e outros que são condenados à abjeção e violência cotidiana, que seja capaz de fazer funcionar subjetivações securitárias, vigilantes e que ao mesmo tempo experimentem a vida na cidade como produtividade, desempenho, eficiência, neutralizando qualquer possibilidade de encontros imprevistos, de qualquer acontecimento. “Enquanto a fábrica industrial gera lucro, já que a sua produtividade depende do esquema de cooperação e do comando do capitalista, a metrópole gera primordialmente renda” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 279).

A evidente renovação da política urbana racista, hoje denominada, em seus termos mais “neutros” e estratégicos, *smart city*, pretende também operar o apagamento da dimensão racial sobre as dinâmicas de controle e banimento que incidem sobre esse território. A região de Campos Elíseos – Luz é uma das mais antigas da cidade de São Paulo, com grande presença da população negra vivendo historicamente de forma diversa em casas coletivas, pensões, hotéis populares e pequenos prédios ocupados, onde acontecem outras formas de socialidade, de produção e reprodução da vida na cidade. As intervenções violentas do poder público e privado têm

como alvo prioritário a remoção e o controle da vida das populações negras e migrantes, os “corpos indesejados” que produzem ruídos nas práticas de apropriação privada do território.

De maneira alternativa às propostas de cidades inteligentes (*smart cities*), expressão da política cibernética do comando-controle, a proposta do Laboratório é investigar um conjunto de práticas de experimentação democrática em que cidadãos e coletivos criam outros saberes e formas coletivas de existência, expressões renovadas das lutas contemporâneas orientadas pela promoção e sustentação dos Comuns urbanos.

No interior dessas dinâmicas, acompanhamos iniciativas e organizações que lutam para criar modos de existência e de produção alternativa do território, orientadas pelo que estamos chamando “política do Comum”, presente em certas formas de “fazer bairro”: pequenas companhias de teatro⁹, coletivos de pesquisa, de acompanhamento e assessoria jurídica¹⁰, os quais acompanham violações dos direitos humanos em seu cotidiano¹¹, locais que interpelam a metrópole a partir de lugares tão cotidianos quanto invisíveis como a nossa alimentação e seus circuitos de produção e distribuição¹². Investigar, acompanhar, desenvolver e promover “tecnopolíticas do comum” exige um trabalho de coinvestigação e extensão que mobilize diversos saberes e práticas sociais que já existem, dando forma à emergência de novas comunidades epistêmicas e políticas.

Um dos primeiros problemas do laboratório foi justamente conseguir visualizar o que faz um bairro, quais as relações que o constituem e como as cidades e seus dispositivos atuam no sentido de apagar as redes de cooperação, bloquear a possibilidade de encontros e de reconhecimento do Comum sempre latente e indispensável para a vida. O problema do “Comum”, como bem descreveu Ricardo Teixeira (2015), não pode ser separado de um problema da “percepção do Comum”. Por isso, a forma de o Comum transitar entre o intangível e o sensível depende de um regime de sensibilidades em que as dimensões afetivas, culturais e econômicas são indissociáveis.

O segundo eixo de ações/problemas do projeto diz respeito à pesquisa e desenvolvimento metodológico de um laboratório capaz de pôr em prática

9 Como a Próxima Cia <<https://www.aproximacompanhia.com.br/sobre>>, o Teatro de Contêiner <<https://www.ciamungunza.com.br>>, o Pessoal do Faroeste <<https://www.pessoaldofaroeste.com.br>>.

10 Como o Fórum Mundaréu da Luz <<https://mundareudaluz.org>>, a Peabiru <<http://www.peabirutca.org.br>>, o Instituto Pólis <<https://polis.org.br>>.

11 Craco Resiste <<https://piaui.folha.uol.com.br/no-pasaran>>, o Balcão de Direitos <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/oab-instala-plantao-para-atender-populacao-vulneravel-do-centro-de-sao-paulo>>.

12 <https://mst.org.br/2019/09/05/armazem-do-campo-sp-completa-tres-anos-de-luta-e-resistencia/> e <http://institutofeiralivre.org/>.

esse outro modo de conhecer e fazer ciência. Qual o desenho (design) deste laboratório? A produção de conhecimentos no contexto do laboratório é aberta, situada e colaborativa. Aberta no sentido de que todos devem ser capazes de oferecer uma nova perspectiva, há contraste de argumentos e a possibilidade de não bloquear uma controvérsia; isso também significa que o conhecimento aberto é sempre provisório. Ele não visa encerrar um debate ou um problema, mas, ao contrário, torná-lo mais denso, mais rico e complexo. É colaborativa porque é feita entre todos, com o maior número de perspectivas e atores possíveis. É situada porque é produzida em contextos específicos e reconhece o caráter parcial, corporificado e localizado dos conhecimentos. Mas, para que isso ocorra, certas condições devem ser sustentadas a fim de que diferentes atores possam, de fato, cooperar.

Essas condições implicam em: infraestruturas mais abertas e horizontais; documentação rigorosa, acessível e reproduzível; protocolos (para tecnologias e regime de propriedade) que garantam abertura e controle pelos participantes, atenção ativa para as relações racistas, sexistas que podem comprometer e bloquear o funcionamento do laboratório. Tais características podem ser problematizadas na perspectiva tecnopolítica do design: 1) como são as condições e acordos que regulam as condições de participação dos múltiplos atores e o regime de acesso e propriedade sobre os bens e recursos produzidos?; 2) como são as condições físicas do local de realização do laboratório, de forma a propiciar situações de maior abertura à participação do público interessado?; 3) como acolher a comunidade de afetados ou público implicado no processo?

Nessa dimensão, interessa-nos investigar, experimentar e sistematizar metodologias de pesquisa-ação (aplicada e situada) que se efetivem mediante a construção e experimentação de protótipos (arranjos sociotécnicos alternativos) e comunidades de prática, que promovam ou pelo menos indiquem alternativas de fortalecimento dos direitos de comunidades. Nessa primeira etapa preparatória, a ideia era exercitarmos a capacidade de produzir perguntas, hesitações, mais do que encontrar “soluções” ou apresentar “denúncias”. Pensamos sobre o que seriam *perguntas-vinculantes*¹³ que pudessem não apenas abrir uma problemática, mas também nos implicar nela.

Os Laboratórios do Comum, no sentido que aqui estamos praticando, funcionam sob um complexo arranjo sociotécnico, imaterial e material, normativo e pragmático. Há uma política cognitiva que se manifesta numa ética e num conjunto de práticas e tecnologias relacionadas ao modo de conhecer. Há uma tecnopolítica que se realiza nas configurações das

13 Ver “Questões vinculantes: afetoseproblemasdoComum” <<https://trama.pimentalab.net/archives/74>>.

mediações técnicas da interação social. Há uma economia política, relativa ao regime de propriedade, posse e uso dos bens e recursos produzidos. Há uma política experimental que se realiza através de processos instituintes de novas comunidades ontoepistêmicas. Em síntese, um Laboratório do Comum realiza-se com uma combinação de: abertura, colaboração, localização, cuidado, mediação, documentação, infraestruturas, tecnologias, protocolos, comunidades, corpos em sua produção de diferenças, protótipos experimentais e produção do Comum.

Mediar e cuidar envolve identificar processos sutis de exercício de poder que produzem silenciamentos ou protagonismos habituais, desnaturalizar e neutralizar as práticas de mando e liderança, sexismos e racismos, reconhecendo as dinâmicas formais e informais que criam ou reproduzem estruturas de micropoder em coletivos. O cuidado, nesta perspectiva, emerge como uma ética. O cuidado é um trabalho do corpo, é um trabalho material. Não é algo abstrato, imaterial ou mera expressão subjetiva. Quando uma política do cuidado se faz presente num laboratório, as ações de mediação efetivam-se com atos materiais que produzem e sustentam os vínculos e os entes envolvidos.

Como indicam Freire, Gómez e Lafuente, a mediação deve promover a “tolerância com a incerteza e com os indecisos”; para experimentar, escutar e colaborar é necessário apreciar a lentidão. Certos protocolos para a desaceleração podem então ser acionados pela mediação para tornar a escuta possível. O mesmo ocorre para a manutenção da comunidade: é necessário muito cuidado para se evitar o chamado *fork*¹⁴. Mas para que isso seja possível é necessário habitar, por mais tempo, as situações de incerteza. As escolhas que emergem nesses processos fortalecem a comunidade, e ao mesmo tempo são percebidas como marco de uma aprendizagem coletiva que modifica, com frequência, a rota do projeto.

Documentar esses momentos significa evidenciar os *matters of care* (BELLACASA, 2010) que participam dos processos e que são invisibilizados, mas implica também em responsabilizar-se pelos efeitos da ação. Não é exagero dizer que muitos dos processos vividos nos laboratórios só existem porque são documentados, ou, dito de outra forma, o que não está documentado não aconteceu. Essa prática é um bom exemplo do encontro entre a cultura dos ativistas e programadores de software livre com a cultura científica de pesquisadores interessados na produção e livre acesso

14 O termo *fork* é aqui empregado no sentido utilizado pelas comunidades de desenvolvimento de software livre. Ocorre um *fork* (separação/clivagem) no interior de um coletivo de programadores que trabalham sobre um mesmo programa quando surgem visões, interesses ou conflitos divergentes em torno dos rumos de desenvolvimento do projeto, levando à divisão da comunidade.

ao conhecimento (ciência aberta). A documentação não é apenas o registro dos resultados ou a receita objetiva do “como fazer”. Uma boa documentação deve ser capaz de comunicar os fatos objetivos, os detalhes dos procedimentos, mas também as dúvidas, os problemas enfrentados e as escolhas que foram feitas, as hesitações, os impasses. O mais desafiante é tornar visíveis e comunicáveis as dimensões subjetivas, afetivas, tácitas que emergem durante o trabalho coletivo e que muitas vezes são excluídas dos processos habituais de documentação, são depuradas numa noção amortecedora de “eficiência”.

Como indicar os momentos de aprendizagem coletiva? Como descrever o contexto e os vetores que influenciam uma importante decisão, se frequentemente negligenciamos esses elementos e registramos apenas o resultado, quando o principal estava no processo? A documentação visa combater o desperdício da experiência, potencializar a inteligência coletiva, mas também uma poética de narração que experimente formas sensíveis de escrita. Há uma política do sensível, uma política da escrita (nos termos de Rancière) neste ato de documentar, uma vez que ele produz um mundo compartilhado, dando a ver determinados processos e objetos que nunca são considerados “relevantes” nas práticas de produção de conhecimento: ruídos, escolhas afetivas, fracassos. Essa documentação implica, portanto, em protocolos, tecnologias, infraestruturas e muita mediação. A mediação é uma arte da escuta criadora, e está profundamente ligada à capacidade de “infraestruturar os cuidados, torná-los visíveis através de práticas concretas” (LAFUENTE; GÓMEZ; FREIRE, 2017).

4. UMA CIÊNCIA DO COMUM, CUMPLICIDADE E IMPLICAÇÃO

Iniciamos um experimento coletivo de prática implicada de coinvestigação. Num momento de ataque à universidade e às nossas práticas de conhecimento, além de continuarmos lutando pela universidade, pretendemos fazer também reverberar a ideia de uma ciência que não pede autorização aos regimes de poder.

Uma ciência sucessora, minoritária e desconfiada de todos os divisores modernos que separam sujeitos e objetos, corpos e objetividade, regimes de verdades e compromissos políticos, universidade e luta, especialistas e amadores, fronteiras disciplinares e seus regimes de autoridade. A ciência de Comum é uma ciência de contrabando, sempre. Um laboratório povoado de contaminações criativas e de gente que assume a própria vulnerabilidade como ponto de partida de todo o conhecimento sobre e com o mundo.

Queremos experimentar uma ciência do Comum que possa restituir nossas capacidades de pensar em companhia diante dos novos cercamentos,

de descobrir o que os poderes tentam esconder a qualquer custo. Criar nossas evidências e tecnopolíticas não fascistas para fazermos juntos formas de vida não proprietárias, não securitárias. Uma ciência objeto-ra de tudo que o nos envenenou: produtividade, crescimento, competição, originalidade.

Uma ciência do Comum é também uma prática estético-política porque, sabemos, o mais profundo é a pele (VALÉRY, 1988). Uma ciência do Comum é um corte no meio – nem macropolítica, nem micropolítica, mas uma *outra*, uma ciência interessada –, “interesse” como aquilo que diz respeito a “estar entre”. Um outro regime de saber que recusa o saber-governar e a política da conscientização, do esclarecimento, para investigar o que pode nos fazer-habitar e o que pode privar ou neutralizar o poder de sua legitimidade.

Para que um laboratório possa se desenvolver, é necessário que ele produza uma nova comunidade que o sustente. Neste sentido, os diferentes atores devem infraestruturar as condições que permitem que o laboratório aconteça. O laboratório visa produzir um conhecimento, um artefato, um processo, um protótipo, que amplie o entendimento sobre um problema comum, e que permita uma ação compartilhada sobre ele. Diferentemente da formação de uma comunidade identitária, em que os atores se reúnem a partir de elementos previamente constituídos que dão forma à identidade (por exemplo, as ideias de nação ou de família, de “povo”), no laboratório surge uma comunidade de atores distintos que partilham o interesse de enfrentamento de um problema (científico, social, político etc.), e para investigá-lo é necessário inventar uma forma de conviver entre singularidades.

Uma ciência do Comum nos exige deslocarmos-nos de uma concepção de sujeito soberano e autônomo, dotado de uma identidade bem definida, para uma concepção do ser em sua interdependência e inacabamento (GARCÉS, 2013). Para Marina Garcés, o ser não é uma dimensão estável ou transcendente que espera ser contemplada ou que contempla um mundo do qual ele estaria separado. Há uma coimplicação entre os seres e o mundo, há uma relação de continuidade. Dessa perspectiva envolvida [*involucrada*] num mundo comum, a ontologia é um espaço de vulnerabilidade:

Desde el sujeto que es un cuerpo, es decir, no una conciencia separada sino un nudo de significaciones vivas enlazado a cierto mundo, no se trata de explicar mi acceso al otro sino nuestra coimplicación en un mundo común. No se trata, por tanto, de explicar la relación entre individuos, sino la imposibilidad de ser *sólo* un individuo. Ésta es la condición para poder descubrirse en situación, es decir, para reaprender a ver el mundo ya no desde la mirada frontal y focalizada del individuo

sino desde la excentricidad inapropiable, anónima, de la vida compartida (GARCÉS, 2013, p. 49)

E em outro trecho: “la potencia de la situación, de cada situación como una conjunción concreta de cuerpos, sentidos, silencios, alianzas, quehaceres, rutinas, interrupciones, etc. que dibujan un determinado relieve y no otro” (ibidem, p. 12).

Mas um laboratório também fabrica comunidades por outro caminho quando, por exemplo, dá existência tangível a um Comum que está ameaçado. Quando se constitui um laboratório aberto sobre o “bairro” de uma cidade, o laboratório produzirá “evidências” sobre os elementos e suas relações que participam do “fazer bairro”. Nesse sentido, o laboratório participa da produção do comum (a trama que faz bairro) que emerge com a comunidade e que participa desse processo. Nas palavras de Lafuente (2007),

las comunidades que crean y son creadas por los nuevos procomunes son entonces comunidades de afectados que se movilizan para no renunciar a las capacidades que permitían a sus integrantes el pleno ejercicio de su condición de ciudadanos o, incluso, de seres vivos (pp. 2-3).

Nos laboratórios, portanto, essa noção de comunidade pela diferença é indissociavelmente epistêmica e política. A aposta que aí se enuncia é que o laboratório seria também o lugar onde abrimos e acolhemos as controvérsias, criando novos conhecimentos, objetos e artefatos; remontamos o social (*reassembling the social*) através da constituição de novos atores (cognitivos e políticos) que emergem não a partir de categorias previamente constituídas que vêm reivindicar um direito instituído, mas a partir da produção do comum instituinte (LAVAL; DARDOT, 2016) de novos direitos:

a identidade do princípio (o comum) não suprime a distinção das esferas (social-econômica, público-privada, política, e pública-pública), mas tem a função de organizar o social de tal maneira que seja possível uma deliberação na esfera pública que não fique prisioneira dos interesses de tal ou qual categoria socio-profissional. Isso só pode acontecer se a esfera da produção e dos intercâmbios se reorganize a fundo a partir do auto-governo do comum (p. 490).

A escolha de iniciar a investigação pelo reconhecimento de nossas vulnerabilidades é um pressuposto importante do Laboratório. Ela permite que pensemos o mundo com nossos corpos, que assumamos uma perspectiva parcial e situada na produção de conhecimento – se estamos todos vulneráveis, não há perspectiva privilegiada, estamos conscientes, do mesmo modo, de que as relações que nos constituem também podem ameaçar nossa existência da mesma forma que é nesse momento que reconhecemos também que alguns corpos estão mais vulneráveis do que outros. Também

funciona como um antídoto para evitarmos falar dos problemas “dos outros”, sobre os quais devemos atuar de forma sempre desincorporada. Trata-se de investigar os problemas que nos afetam, que nos dizem respeito e pelos quais também somos responsáveis. A ciência do Comum, como alertou Isabelle Stengers (2017), esforce-se assim para criar mecanismos de inibição da “narrativa épica da razão crítica”.

A cada encontro partíamos do problema enunciado na convocatória (acima) para refletir como ele se manifesta. Nos primeiros dias nos concentramos nas seguintes dimensões: Tempo (as formas de extração, dispersão, esgotamento, apropriação do nosso tempo vital e do nosso tempo com outros, o tempo invisível do trabalho reprodutivo); Corpo (saúde, cuidado, doença, formas de individualização, exposição e medo no tecido do urbano); Modos de Associação (experiências coletivas que conhecemos, formas de ações coletiva que imaginamos e desejamos criar); Poder (como ele se manifesta, suas técnicas e tecnologias, os atores, seus locais de atuação, sua produção de subjetivações, seus dispositivos).

Nossa proposta é que possamos sustentar no percurso do laboratório uma investigação coletiva entre todos, tendo como problema de fundo o enunciado da convocatória. Mas como somos muitas, muitos e diversos, sugerimos que também aconteça um trabalho em coletivos menores, para que as conversas e os vínculos possam ser mais bem aprofundados e cuidados. Em grandes coletivos, é fácil reproduzirmos as diversas assimetrias de poder que nos atravessam. Cada um de nós leva conhecimentos, práticas, desejos, experiências e corpos portadores de singularidades ao processo. Cada um de nós conhece muito pouco sobre o outro. Mas essa é a situação do nosso encontro, e ela tem inúmeras possibilidades. Como trabalhar coletivamente a partir daí?

Para podermos atuar coletivamente sobre esse desafio, sugerimos uma infraestrutura mínima de ação para o percurso do Laboratório. Organizamos um percurso de pesquisa coletiva em três momentos: 1) conhecer e habitar melhor o problema; 2) reconhecer e mapear as potências de criação e produção do Comum já existentes: conhecimentos/saberes; práticas; espaços, pessoas; 3) imaginar/prototipar modos de promoção/fortalecimento das potências identificadas. Há também algumas condições que balizam a convocatória e que servem de liga para nosso encontro: 1) habitamos e pensamos com os pés em territórios vizinhos (Campos Elíseos, Santa Cecília, Barra Funda, Luz); 2) investigamos problemas que nos afetam; 3) praticamos uma investigação coletiva para entender melhor um problema; 4) desejamos aprender a fazer e construir coisas juntos, com nossas diferenças e com aquilo que temos disponível; 5) queremos cuidar do processo, da linguagem e das formas de estar juntos nesse percurso e na relação com os outros.

Atentando aos aspectos da produção do Comum e suas manifestações no território e em nossas vidas, algumas ideias/perguntas foram produzidas: 1) como a dimensão do cuidado/corpo/saúde/reprodução da vida passa por esse problema? 2) Como esse problema afeta e produz regimes de sensibilidade? 3) Como esse problema incomoda ou pode incomodar os arranjos do poder e quais as alianças ele nos exige fazer? 4) Como esse problema contorna o regime de propriedade pública ou privada? 5) Como esse problema se coloca na crise ambiental que vivemos? 6) O que esse problema nos diz sobre os dispositivos racistas e heterossexistas que ameaçam determinadas populações? 7) Como as tecnologias digitais participam do exercício do poder, da produção e extração de valor, e quais as formas de resistência que podemos praticar?

5. PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO: COMO VER?

Para a realização da primeira saída investigativa no território, partimos das perguntas-vinculantes que havíamos produzido. Alguns grupos optaram por fazer uma deriva no território, observando certos aspectos que lhes interessavam: tecnologias de vigilância, arquiteturas securitárias, enclaves urbanos e formas de territorialização; outros grupos optaram por permanecer em algum ponto, observar, criar uma ambiência de conversa/escuta (interessante como as duas naturezas de dispositivos que foram pensados para a investigação são também dois modos de ser/estar no espaço urbano: movimento e permanência).

Algumas reflexões emergiram ainda no processo de desenhar a pesquisa. Uma delas tem a ver com a relação sujeito-objeto que se desdobra no par especialista-amadores. Um dos esforços do Laboratório do Comum é justamente pensar nas relações de poder intrínsecas a uma certa forma colonial de produzir conhecimento, e uma das respostas possíveis é criar dispositivos de pesquisa que sejam, ao menos, conscientes dessas relações de poder, buscando formas mais abertas e que se assentem numa experiência compartilhada de produção de conhecimento.

As formas experimentais de produzir conhecimento no terreno imane da vida sempre existiram e precisam ser retomadas em suas proposições epistemológicas e ontológicas. Se pensarmos, por exemplo, nas práticas de terreiro e no conhecimento produzido sobre plantas, alimentos, corpos, cuidados, múltiplas conexões entre mundos; ou na produção de conhecimento indígena sobre a terra, sonhos, a guerra e a festa; também na produção de conhecimento experimental de cozinhas coletivas, ocupações, formas de viver em regimes não proprietários; são modos de conhecimento que produzem igualdade na diferença: ao invés de sujeitos e objetos, nesses espaços, que compõem uma constelação ontológica,

temos mundos animados por muitos sujeitos (pessoas, animais, plantas, sabores, sensações, infortúnios, curas), muitas práticas de conversa, de composições, de variações.

Por isso também nos parece importante saber reconhecer as muitas armadilhas epistemológicas coloniais: pensar *para* as pessoas e não *com* elas; *convencer* as pessoas ao invés de produzirmos conexões parciais que nos associem em práticas do Comum; imaginar que as pessoas possuem “perspectivas variadas” sobre uma mesma realidade que tomamos como óbvia e não diferentes formas de existências reais e singulares; pretender “salvar” as pessoas de suas condições “pouco conscientes”; transmitir conhecimento/informação ao invés de possibilitar um campo de afecções mútuas; planejar ao invés de permanecermos nas linhas frágeis, instáveis do acontecimento para nos permitirmos hesitar mais um pouco ou mudar de ideia.

Assumir a localização e parcialidade da pesquisa nos exige pensar de forma mais implicada os problemas de pesquisa que estamos convocando, como praticantes e não especialistas.

Antes de irmos à rua experimentar um dispositivo de conversa-escuta, uma questão fundamental emergiu: quais são os corpos que se sentem confortáveis em estar no espaço público com disponibilidade? Como lidar com um dispositivo de pesquisa que nos exige tamanha exposição? Começar uma conversa com um completo desconhecido na rua nos exige um certo preparo, disponibilidade emocional, habilidades afetivas. Foi importante abriremos espaços para esse desconforto e intuirmos outras formas de estar nesse dispositivo como: fazer conversas coletivas e não entre apenas duas pessoas, por exemplo, ou apenas observar o conjunto das interações.

Outro conjunto de questões importantes veio de indagações sobre “o que ver?”; “o que estamos procurando?”; “como ver?”. A prática de pesquisa nos exige tempo, mas os muitos regimes de produtividade e rendimento não nos deixam confortáveis com esses espaços em aberto – afinal, o que “conta” como conhecimento? Se levarmos a sério a proposição de Donna Haraway e de muitas outras práticas filosóficas não coloniais, a produção de conhecimento mais se parece com uma conversa do que com a ficção da “descoberta” ou da originalidade. Mas também envolve um sentido forte da experiência e da cumplicidade.

Quando saímos para a rua numa deriva coletiva, sentimos que algo mudou no nosso regime de atenção em relação ao espaço urbano. Algumas pessoas se deram conta da escassez de espaços propícios para a permanência desinteressada; outras conseguiram ver algumas coisas que nunca haviam visto. Alguns comentários, nesse sentido, apontaram para impressões sobre dificuldades: “Ter a atenção das pessoas; fazê-las dizer”.

Ou seja, questões básicas que se tornaram impossíveis na Urbe: “Atenção, olhar, dizer, ouvir e parar”; “dificuldade de escala entre problemas estruturais x escala de ação humana”; “a estrutura está em tudo, mas como chegar/eleger o específico/ponto/vivido/chão?”.

Essa ação de pesquisa fez surgir uma série de novos problemas: como uma conversa na rua pode se transformar em conhecimento? Como responder às demandas de atenção e cuidado numa experiência de cidade que é tão desigual e brutalmente devastadora? Como pensar o problema de escala de questões sistêmicas do capitalismo para uma escala menor da vida na cidade? Como não ser enfeitada pela sensação de totalidade e inescapabilidade? (HARAWAY, 1995).

Estar na rua coletivamente, com uma intencionalidade, ouvir histórias de vidas, aflições e lugares de cura nos pareceu uma experimentação inicial de abertura de poros. Evidentemente, muitos dos problemas que ouvíamos eram atravessados pela desigualdade avassaladora e pela intensificação do empobrecimento que conformam a cidade e que acabam anestesiando nossa forma de lidar com essas feridas. Mas, por outro lado, muitas pessoas com quem conversamos narraram lugares afetivos e existenciais que nos mostram a dignidade da vida em seu esforço de perseverar diante de muitas adversidades: ouvimos sobre sentir saudade, sobre se apaixonar e sobre a dúvida de não ser correspondida, sobre um certo envenenamento das relações de confiança, sobre solidão; sobre o medo de fracassar diante das expectativas da boa maternidade, da boa paternidade; sobre como fazer um macarrão em companhia “com gosto e sabor” embaixo do Minhocão é mais digno e alegre do que “comer a comida sem gosto” dos abrigos para a população em situação de rua. A experiência de compor com esses relatos nos ensinam a enxergar a carnadura do espaço urbano, os desejos, limites e sofrimentos que costuram a cidade, os corpos que a fazem funcionar, mas que também nos deixam perceber o que esses mesmos corpos não aguentam mais.

Numa passagem bonita e conhecida sobre a cidade de Nápoles, Walter Benjamin e Asja Lacis escrevem sobre sua experiência na cidade, uma descrição que poderia ser de um laboratório do comum:

Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo. (...) Em tais recantos mal se percebe o que ainda está sob construção e o que já entrou em decadência. Pois nada está pronto, nada está concluído. A porosidade se encontra (...), sobretudo, com a paixão pela improvisação. (...) A porosidade é a lei inesgotável dessa vida, a ser redescoberta (BENJAMIN; LACIS, 1995, p. 145).

Por fim, ainda sobre a visão, sobre como ver o espaço urbano, as pessoas e o que nos envolve, parece-nos interessante outra reflexão feita por Marina Garcés. A autora retoma os conflitos entre “os olhos da carne” e os “olhos da mente” nos textos de Platão e Descartes. O problema compartilhado pelos dois filósofos seria precisamente como combater ou superar a “instabilidade”, as “deficiências e distrações dos nossos olhos inundados de realidades sensíveis” livrando-se então dos “olhos da carne” (2013, p. 108).

Garcés, assim como Donna Haraway, insiste no fato de que não podemos abandonar por completo a visão. A filósofa sugere então o conceito de “visão periférica” do arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa (2006). Em seu livro de nome sugestivo, *Os olhos da pele*, Pallasmaa comenta que “la visión enfocada nos enfrenta con el mundo mientras que la periférica nos envuelve en la carne del mundo” (2006, p. 10, apud GARCÉS, 2013, p. 112). A visão periférica é aquela responsável por nos fazer enxergar o movimento, mais do que objetos em seus limites.

La visión periférica no es una visión de conjunto. No es la visión panorámica. No sintetiza ni sobrevuela. Todo lo contrario: es la capacidad que tiene el ojo sensible para inscribir lo que ve en un campo de visión que excede el objetivo focalizado. (...) Y lo hace en movimiento, en un mundo que no está nunca del todo enfrente sino que le rodea. La visión periférica es la de un ojo involucrado: involucrado en el cuerpo de quien mira e involucrado en el mundo en el que se mueve. (ibidem, grifo nosso).

É possível ampliarmos as possibilidades da *visão periférica*, mais como um modo de vermos juntos e de nos tornarmos presas menos capturáveis (pelas exigências da produtividade, do rendimento)? Como manter a visão periférica como “perspectiva” *involucrada* da pele em nosso caminho de investigação? A “visão periférica” nos forneceria não um lugar “privilegiado” para ver a realidade, não um lugar “essencializado”, mas um modo de sermos atravessados, um certo regime de atenção e de afecção. Como permaneceremos um pouco mais com as perguntas para que possamos traçar linhas de pesquisa, ainda que no próximo momento, mais delimitadas? Como fazer um laboratório de arquitetura porosa e recursiva, mas que ao mesmo tempo possa recuperar os olhos da carne?

6. DA INVESTIGAÇÃO DE PROBLEMAS À CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS: POLÍTICA DO PROTÓTIPO

Além de problemas e controvérsias, num laboratório também se fabricam coisas: relações, evidências, artefatos, processos, dispositivos etc. O percurso da investigação realiza, portanto, a travessia de uma ação exclusivamente discursiva para uma ação de composição e criação. Como fazer prosperar a produção do Comum? Um laboratório é um lugar de uma ação

pragmática. Por isso, ainda que provisório, parcial e tentativo, é importante que o Laboratório se organize para “produzir” algo ao fim de um determinado percurso. É um desafio importante experimentar no aqui-agora e habitar um pouco mais os problemas que enfrentamos. Caracterizamos essa disposição como “política do protótipo” (PARRA, 2019).

Prototipar é uma prática que torna o laboratório o espaço de uma dupla experimentação: um modo de conhecer e um modo de intervir politicamente no mundo (ESTALELLA; ROCHA; LAFUENTE, 2013). O protótipo é aqui compreendido como expressão da passagem de uma cultura do protesto para uma cultura da experimentação. Tal abordagem é, na realidade, muito cara às vertentes críticas dos estudos sociais de ciência e tecnologia, em que a produção de conhecimento, ciência e tecnologia é indissociável dos processos de natureza política. Navegamos, evidentemente, no território das entidades híbridas. A política moderna estabelece que o poder de representar e, portanto, de estabilizar uma experiência discursivamente em outras esferas do político é incomparavelmente maior ao poder efetivo das práticas relacionais emergentes, suas práticas de conhecimento localizadas que sustentam mundos e infraestruturas da vida coletiva.

No *representacionismo*, “as práticas discursivas definem o que conta como declarações significativas” (BARAD, 2017, p. 23) enquanto numa ontologia realista agencial, herdeira de Bohr e não de Newton, que também podemos chamar de experimental, “a matéria se refere à materialidade/materialização dos fenômenos, não a uma propriedade fixa inerente de objetos independentemente existentes, como na física newtoniana” (ibidem, p. 25), matéria e significado estão implicados e não em relação hierarquizada de interioridade e exterioridade.

No trajeto final do laboratório, decidimos experimentar a hipótese segundo a qual a passagem de um fazer analítico-discursivo (ao qual estamos muito habituados) para um fazer prático-experimental poderia nos proporcionar outros caminhos de investigação e outros modos de associação (formas de estar juntos). Quando nos desafiamos a fazer algo juntos, somos obrigados a resolver muitas coisas, e para isso precisamos de saberes e habilidades diversas. Para começar (e talvez a mais difícil): como habitar um problema e enfrentá-lo coletivamente? A realização de algo junto implica a necessidade de invenção de uma linguagem, acordos, ritmos e infraestruturas compartilhadas. Temos que fabricar um mundo comum e as infraestruturas que lhe dão suporte e existência durante essa ação. Para fazer algo juntos também somos “obrigados” a pôr em suspensão um conjunto de divergências que, no plano discursivo são infinitas. Esse fazer nos convida, portanto, a uma certa generosidade que podemos denominar *convivialidade*. As tecnologias de produção do Comum são tecnologias conviviais.

Nesse momento do percurso focamos na produção de ideias/propostas de ação que pudessem ser trabalhadas na forma de um protótipo: uma ação coletiva provisória, tentativa, inacabada, mas que proponha experimentar no aqui-agora outra forma de “habitar” o território. Uma das maneiras que propomos de fazer isso é através da invenção de algum arranjo sociotécnico: uma nova relação social, um artefato, uma tecnologia, uma forma de cuidar, uma nova rede de interações, um contradispositivo etc. E para criar algo temos que pesquisar o existente, os problemas, os recursos necessários, suas técnicas e regulações, os bloqueios, enfim, compreender como fazer as coisas “funcionarem” a nosso favor. Só assim podemos encontrar e fabricar brechas inesperadas, contradispositivos:

o problema de cada prática é como ampliar sua própria força, fazer presente o que provoca os praticantes a pensar, sentir e agir. É um problema que pode produzir um tipo de agrupamento experimental entre práticas, uma dinâmica de aprendizado pragmático sobre o que funciona e como funciona. Um tipo de estímulo/suporte [*fostering*] ativo “do meio” que os praticantes necessitam para serem capazes de responder aos desafios e experimentar mudanças, ou seja, desdobrar sua própria força (STENGERS, 2005, p. 195, tradução nossa).

Prototipar como forma de conhecer significa levar a sério o fato de que todo processo de produção de conhecimento é também um ato de intervenção no mundo. Uma pesquisa que se realiza através da criação de um protótipo deve incorporar na sua análise os efeitos e as consequências do que ela está produzindo. É também uma forma de conhecer baseada na indissociabilidade entre teoria e prática. A noção de experiência ganha força: conheço algo que me acontece; sou partícipe e implicado nesse processo de conhecer. Ao prototipar colocamos em movimento o problema que está sob investigação. Criam-se novos problemas pelos quais somos responsáveis. Isso é interessante porque a dimensão ética de qualquer pesquisa torna-se ainda mais visível e urgente, obrigando os pesquisadores a serem mais modestos, cautelosos e lentos. Mas a noção de protótipo também pode indicar outra topografia entre diferentes atores envolvidos num processo de investigação. Isso significa que distintos saberes (indivíduos/grupos) podem ser incorporados à produção e apropriação do protótipo.

Produtores, pesquisadores, usuários, leigos e experts participam de forma distinta da trajetória do protótipo. Conforme as condições de participação dos distintos públicos, o protótipo terá características muito diferentes. Promover as condições de sua contínua apropriação e modificações implica, portanto, outro regime de propriedade sobre o conhecimento produzido e sobre o processo. Essa abertura desdobra-se no reconhecimento

do caráter sempre inacabado e transitório de todo processo de investigação e aprendizado.

Indicamos alguns requisitos para a elaboração dos nossos protótipos: uma ação que esteja ao meu alcance, responsabilizo-me pela realização daquilo que proponho; interdependência e colaboração, uma ação que promova a cooperação dos demais participantes do laboratório; trata problemas que nos afetam e nos interpelam, e se relacionam aos nossos territórios existenciais.

Decidimos realizar uma ação coletiva que fosse também uma intervenção política e sensível e criamos três protótipos de experimentação do Comum: 1) cozinha autônoma temporária: cozinhar junto no espaço público como forma de nutrir conspirações, experimentações sensoriais e (as)sociabilidade; criar ruídos entre o “público” e o “privado”, convocar modos de saber que estão ligados a memórias afetivas; 2) lab-mídias: propiciar enunciação e expressão que gerem conexão, cuidado e/ou confiança; formas poéticas e narrativas de materializar o que de outra forma parece incomunicável na saturação das comunicações digitais; 3) cartografia social: a confecção de um mapeamento do que as pessoas circulantes compreendem, usufruem, frequentam e identificam por Comum no território.

Os três protótipos visavam funcionar como “infraestruturas habilitantes” (MANZINI, 2017), promovendo, estimulando, (in)formando a situação. Os protótipos produziam uma situação em que certo modo de associação era potencializado. As infraestruturas, os protocolos, as tecnologias adotadas (a opção de cozinhar com lenha diretamente sobre o chão de terra, por exemplo, ou o fato de a cozinha se associar com trabalhadores da feira-livre vizinha, da loja do MST e do Instituto Feira livre para comermos e prepararmos alimentos em relação aos quais também nos associávamos de certa forma), compõem uma tecnopolítica, uma relação social tecnicamente mediada em que certa configuração social adquire “durabilidade”, e assim uma agência é transmitida com determinações sobre o conjunto das interações que ocorrem através dela (LATOUR, 1994; 1998). A infraestrutura torna possível a existência continuada de uma ação. Ela dá o suporte às práticas e modos de existência de uma determinada comunidade, por isso integram o Comum desse coletivo.

O esforço de prototipar é portador de outra sensibilidade política. Atuar no sentido de realizar um protótipo e verificar as condições de sua viabilidade exige uma prática a favor do mundo, que acontece com este mundo. A realização de um protótipo envolve, primeiramente, a decisão de substituir a adesão a um projeto abstrato de sociedade futura pela decisão de experimentar construir no aqui-agora, sempre parcialmente, aquela

mudança que se deseja. É portanto uma política do cotidiano que busca introduzir modificações nas formas de vida existentes.

7. EXPERIMENTOS TÁTICOS DO COMUM COMO PRÁTICAS DE RETOMADA

Refletindo sobre o ciclo de lutas-acampamentos da chamada Primavera Árabe (2010), Occupy Wall Street (2011), passando pelos Indignados (2011), o Comitê Invisível (2016) sustenta que, neste ciclo, o que estava realmente em jogo “não era a reivindicação de melhores salários, de casas decentes ou de uma previdência social mais generosa, mas a *repugnância pela vida que somos forçados a viver*” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 57).

Estes tempos nos exigem coragem, mas também uma aposta na pesquisa, na investigação coletiva, numa ciência aberta que inclua corpos e suas marcas, saberes não autorizados pelo regime de saber-poder. Precisamos assumir as perguntas, dar-nos esse tempo do pensar junto, experimentar, criar contradispositivos para uma vida não fascista – bem aqui nesta praça, neste bairro, com esta vizinhança, não há outro mundo a construir, mas outras (velhas e novas) relações de confiança e experimentação entre nós.

Diante das formas renovadas de produção de desigualdades, do consórcio explícito entre forças autoritárias e as dinâmicas de expropriação da vida e do território, promotoras da crescente militarização, gentrificação, despossessão e tristeza, lançamos perguntas-vinculantes. Como reativar uma possibilidade de inteligência coletiva? Como convocar saberes e práticas coletivas que nos permitam imaginar e disseminar alternativas a esse cenário? Como produzimos, sustentamos e experimentamos o Comum entre todos? Afinal, como se faz um bairro a partir de pequenas ações que intuem e experimentam formas de relacionalidade, confiança e cuidado? O Laboratório do Comum precisa esforçar-se também em pensar os contradispositivos de *desembranchamento da cidade*, o que significaria pensá-la no que pode “re-povoá-la com um tanto de coisa que foi sequestrada dela, como se não fosse digno, relevante, próprio ou real”¹⁵.

Retomada é um termo que se refere às práticas políticas indígenas de recuperar uma terra que deles foi roubada, mas o termo se expande, como sugere Sztutman (2018) na esteira de Isabelle Stengers, como práticas de reativação (*reclaim*) e experimentação de um modo de vida, um território existencial que possa criar, outra vez, práticas do Comum, as paixões não proprietárias. Não tem a ver com retomar um passado perdido,

15 Coletivo Terra Preta <<https://medium.com/@terrapreta/des-embranchecendo-a-cidade-c5635dd0c2ff>>.

mas com experimentar modos de viver junto e de pensar junto; algo como uma contrafeitiçaria tecnopolítica que nos exige reconhecer, como nos sistemas feitiçeiros, que estamos todxs vulneráveis, paralisados, confusos. Reaprender a fazer comum e praticar invenções democráticas, fazer da potência de cada êxito experimental um vírus de alegria contagiante, comunidades provisórias de experimentos e experimentações. Como desarmar os infinitos dispositivos de produção de concorrência, violência, medo, isolamento e autoritarismo que atravessam nosso cotidiano? Como criar caixas de ressonância da capacidade imaginativa de inventar coletivamente soluções, situadas e corporificadas, a esse problema?

Um Laboratório do Comum dedica-se a investigar com o corpo e dar consistência aos diversos mundos que já estão acontecendo diante da guerra declarada contra nós – uma guerra de mundos. Infraestruturar o que dá consistência àquilo que atravessa a revolta e a desobediência: o mundo que germina antes e o mundo que se torna possível no dia seguinte – numa cozinha coletiva, numa deriva de escuta-conversa nos intervalos da metrópole, nas pequenas conspirações que inventam formas de narrar uma experiência, nos novos mapas que somos capazes de fazer e visualizar, a cada dia. *Retomar*, lembra Stengers (2008) é sempre “uma aventura, tanto empírica quanto pragmática, porque não significa recuperar o que foi confiscado, mas aprender o que é preciso para habitar novamente o que foi devastado” (p. 58), porque talvez o objetivo não seja “escapar cegamente e enfrentar o caos, mas fabricar e experimentar” (ibidem, p. 43).

REFERÊNCIAS

- BARAD, Karen. “Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria”. *Vazantes*, Fortaleza, v. 1, n.1, pp. 8-34, 2017.
- BELLACASA, Maria Puig de la. “Matters of Care in Technoscience: Assembling neglected Things. *Social Studies of Science*, Newbury Park (CA), v. 41, n. 1, pp. 85-106, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306312710380301>>.
- BENJAMIN, Walter; LACIS, Asja. “Napóles”. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas II*. Trad. Rubens Torres Filho e José Carlos Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BORCH, Christian; KORNBERGER, Martin (ed.). *Urban Commons: Rethinking the City*. Abingdon: Routledge, 2015.
- COMITÉ INVISÍVEL. *Aos amigos*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC edições, 2019.
- ESTALELLA, Adolfo; ROCHA, Jara; LAFUENTE, Antonio. “Laboratorios de procomún: experimentación, recursividad y activismo”. *Teknokultura*, Madri, v. 10, n. 1, pp. 21-48, 2013. Disponível em <<http://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/48053/44930>>.

- FEDERICI, Silvia. "Feminism and the politics of the commons". In: HUGHES, C.; PEACE, S.; VAN METER, K. (ed.). *Uses of a Wirlwind: Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States*. Oakland: AK Press, 2010. Disponível em: <[http://barcelonacomuns.pbworks.com/w/file/fetch/64058108/federici_Feminism And the Politics of the Commons.pdf](http://barcelonacomuns.pbworks.com/w/file/fetch/64058108/federici_Feminism%20And%20the%20Politics%20of%20the%20Commons.pdf)>.
- FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. "Nova cultura política: o Paradigma do Habitar". *Outras Palavras* (on-line), 07/07/2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/nova-cultura-politica-paradigma-do-habitar/>>.
- _____. "Habitar el presente: una lectura de 'Ahora', del Comité Invisible". *El Diario*. Madrid, 5 jan. 2018. Disponível em: <https://www.eldiario.es/interferencias/habitar_plenamente-Comite_Invisible_6_726237396.html>.
- _____. "A destruição da empatia (e as lágrimas felizes)". *Urucum* (on-line), 21/05/2018. Disponível em: <<https://urucum.milharal.org/2018/05/21/a-destruicao-da-empatia-e-as-lagrimas-felizes/>>.
- GARCÉS, Marina. *Un mundo común*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2013.
- HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, pp. 7-41, 1995.
- _____. "Fragmentos: quanto como uma folha", entrevista a Thyrza Goodeve. *Mediações*, Londrina. v. 20. n. 1., pp. 48-68, jan./jun., 2015.
- _____. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham—Londres: Duke University Press, 2016.
- LAFUENTE, Antonio. "Los cuatro entornos del procomún". *Archipiélago*, Barcelona, n. 77-78, pp. 15-22, nov. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10261/2746>>.
- _____. "Sentidos de um Laboratório Cidadão". *Pimentalab*, 12/12/2017. Disponível em: <<https://pimentalab.milharal.org/2017/12/12/sentidos-de-um-laboratorio-cidadao-por-antonio-lafuente/>>.
- _____; GÓMEZ, David; FREIRE, Juan. "La promesa de la mediación". S/l., s/ed., 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/33809823/La_promesa_de_la_mediación>.
- LAPOUJADE, David. *As existências mínimas*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LATOUR, Bruno. "On Technical Mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy". *Common Knowledge*, Durham, v. 3, n. 2, fall 1994.
- _____. "La tecnología es la sociedad hecha para que dure". In: DOMÈNECH, M.; TIRADO, F. J. (comp.). *Sociología simétrica: Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1998. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/node/263>>.

- MANZINI, Ezio. *Design: quando todos fazem design*. São Leopoldo: Unisinos, 2017.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- PARRA, Henrique Z. M. “Laboratório tecnopolítico do Comum: protótipos, reticulação e potência da situação”. *doispontos*, Curitiba–São Carlos, v. 16, n. 3, pp. 111-20, jul. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/70266/39788>>.
- PALLASMAA, Juhani. *Los ojos de la piel*. Barcelona. Gustavo Gili, 2006
- STENGERS, Isabelle. “An Ecology of Practices”. *Cultural Studies Review*, Melbourne, v. 11, n. 1, pp. 183-96, mar. 2005. Disponível em: <<https://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/csrj/article/view/3459/3597>>.
- _____. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015
- _____. “Experimenting with Refrains: Subjectivity and the Challenge of Escaping Modern Dualism”. *Subjectivity*, Londres, v. 22, n. 1, pp. 38-59, maio 2008.
- SZTUTMAN, Renato. “Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência: pensando com Isabelle Stengers”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, pp. 338-60, 2018.
- TEIXEIRA, Ricardo. “As dimensões da produção do comum e a saúde”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, supl. 1, pp. 27-43, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01003>>.
- VALÉRY, Paul. *La idea fija*. Madri: Visor, 1988.